



TOCANTINS

INTELIGENTE

CONECTANDO CIDADES AO FUTURO



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



TOCANTINS
PARCERIAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS
E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS

IPGC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO DE CIDADES

AOS GESTORES MUNICIPAIS TOCANTINENSES



Wanderlei Barbosa - Governador do Estado de Tocantins

Senhores prefeitos e senhoras prefeitas, o **Governo do Tocantins** está criando instrumentos para trazer mais desenvolvimento e qualidade de vida ao nosso Estado. Como parte do compromisso desta gestão, intensificamos a implantação de políticas públicas

Ricardo Ayres - Secretário Extraordinário de Parcerias-Público Privadas

O objetivo do Programa Tocantins Inteligente é viabilizar a geração de energia solar, promovendo economia suficiente para viabilizar iluminação pública em lâmpadas LED, sistema de monitoramento nas cidades para melhoria da segurança pública, fibra óptica a fim de ampliar a rede de internet gratuita em equipamentos públicos, e dar destino ambientalmente adequado ao lixo produzido nas cidades. O programa vai estruturar projetos de infraestrutura de forma gratuita para as cidades do estado. Junto ao IPGC, a **Secretaria Extra de Parcerias Público-Privadas**, colocará à disposição dos gestores toda expertise para estruturação destes projetos a

para atração de investimentos e efetivação de bons projetos de infraestrutura urbana. Nosso objetivo é fazer do Tocantins um estado coeso, dialogando com todos os gestores municipais e oferecendo suporte necessário para a garantia do bem-estar da nossa população. Neste ato, iniciaremos o programa Tocantins Inteligente, com vistas a auxiliar os municípios no desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada. O Programa levará apoio técnico especializado para que prefeitas e prefeitos tocantinenses possam desenvolver com segurança, por meio das PPPs, os setores de iluminação pública, conectividade, saneamento básico, energia solar para prédios públicos, dentre outros. Dessa forma, buscamos gerar emprego, renda e desenvolvimento em nossas cidades. É com muito orgulho que colocamos este projeto à disposição destes homens e mulheres que assumiram o compromisso de representar o povo e trabalhar pelo desenvolvimento dos seus municípios.



partir de parcerias com o setor privado. Daremos assessoria integral desde os estudos de viabilidade até a fase de acompanhamento dos contratos. Por isso convido a todas as prefeitas e prefeitos a aderirem ao nosso programa. Vamos trabalhar juntos para fazer acontecer o desenvolvimento do Tocantins.



José Humberto Filho - Secretário de Parcerias e Investimentos do Tocantins

Com o propósito de acelerar o desenvolvimento urbano municipal, o **Tocantins Inteligente** é mais um projeto conjunto das secretarias do estado do Tocantins. Trata-se de um programa histórico, em que

Aleandro Lacerda - Diretor-presidente da Tocantins Parcerias

A **Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias do Tocantins**, está em mais uma empreitada para trazer ainda mais desenvolvimento social aos tocantinenses. O Programa Tocantins Inteligente com toda certeza será um marco na história das várias cidades de nosso estado. Acreditamos que este auxílio aos prefeitos e prefeitas na estruturação de projetos será muito benéfico para a consolidação de uma cultura de parcerias com a iniciativa privada, cultura essa já em ação com o exemplar Plano de Parcerias e Investimentos de 2020. É urgente tornar nossos municípios mais eficientes na prestação de serviços básicos, como iluminação

a gestão estadual irá ofertar apoio especializado nos projetos municipais de infraestrutura. A **Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI)** tem um trabalho destacado na busca por novos projetos estruturantes no estado, com uma série de planos em andamento para dinamizar ainda mais nossa economia e levar desenvolvimento à população. Entre esses projetos está a PPP de Usinas Solares Fotovoltaicas, em implantação, e que, ao longo de 25 anos, irá proporcionar economia de R\$ 1 bilhão de reais aos cofres estaduais, além de ganhos ambientais inéditos, como a redução em 2 mil toneladas de emissão de gás carbônico ao ano. Estamos inaugurando um novo modelo de gestão, pautada na inovação, em evidências técnicas e no que há de mais promissor dentro da administração pública. Certamente este será um programa histórico em toda a história do nosso estado, e é com o empenho dos gestores municipais que conseguiremos colocar de pé projetos que atendam as demandas mais prementes de todos os tocantinenses.



pública, saneamento básico e conectividade. Estas são áreas que demandam uma atenção especial por parte das gestões, ao mesmo tempo que representam bom potencial para atração de investimentos. Esta é uma oportunidade ímpar para todos os gestores municipais de nosso estado.



TOCANTINS PARCERIAS

A **Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias – Tocantins Parcerias** – é uma sociedade de economia mista, que tem a missão de promover o desenvolvimento econômico e social, objetivando a melhoria da qualidade de vida das famílias tocaninenses, por meio da gestão das terras públicas; oferta de empreendimentos imobiliários sustentáveis; além de realizar o processo de regularização fundiária nos municípios, por meio da emissão de títulos registrados, junto ao Cartório de Registro de Imóveis. A Companhia atua também na estruturação de Projetos Estratégicos do Governo do Estado do Tocantins. Considerada seu braço técnico operacional na estruturação destes, destacam-se a

prestação de serviços de consultoria, planejamento, elaboração de estudos, modelagens, gerenciamento e outras atividades congêneres.

Rotineiramente a empresa vem sendo demandada pelo Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Parcerias e Investimentos - SPI, para atuação na estruturação de diversos projetos com objetivo de atrair recursos ao estado. Atualmente, são cerca de 26 (vinte e seis) projetos na carteira do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado PPI - TO, divididos entre as fases de identificação, avaliação preliminar, definição, preparação (pré-modelagem) e modelagem.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES - IPGC

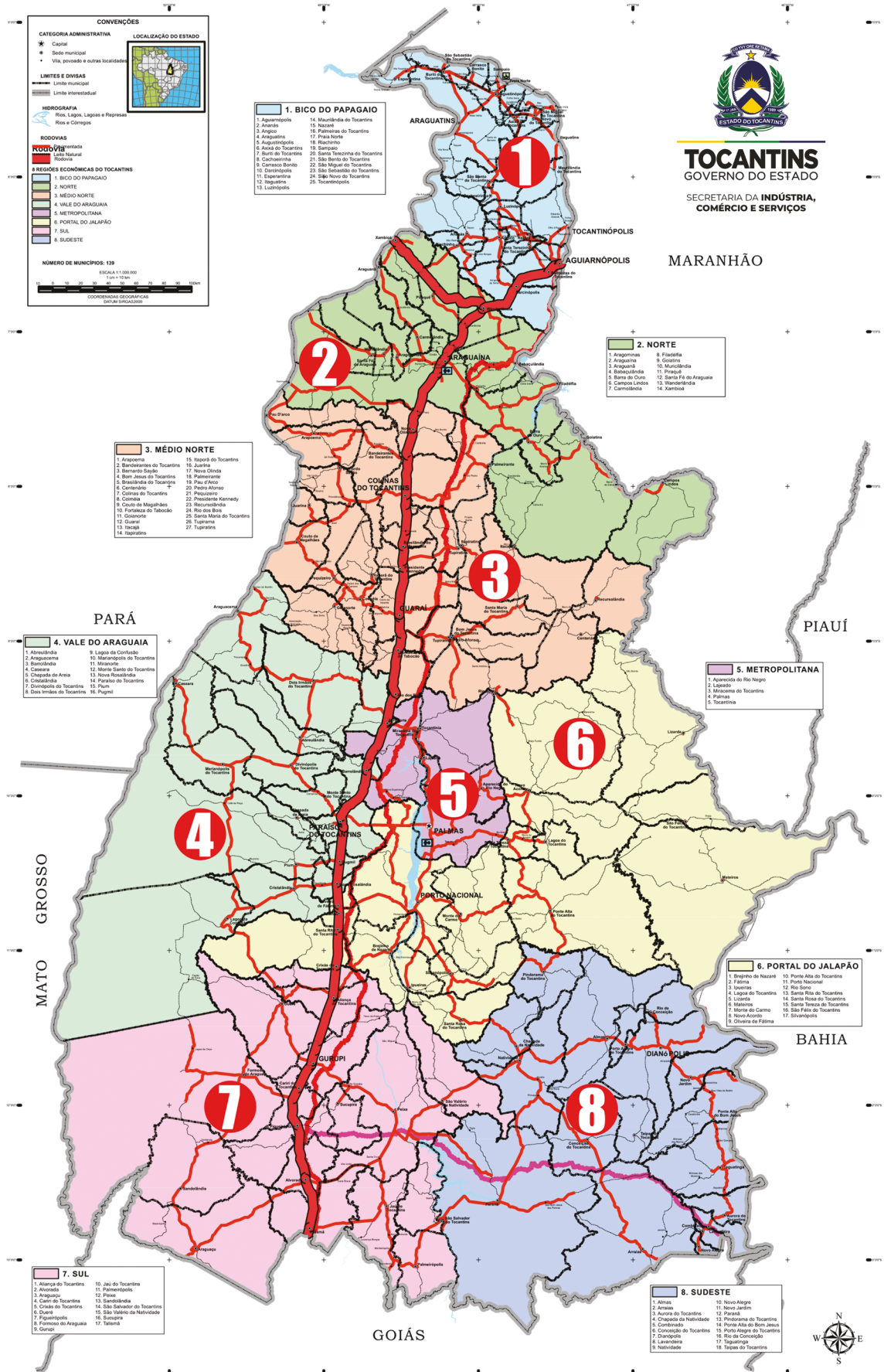
Nossa missão é unir aqueles que querem investir aos lugares onde as pessoas estão há tempos à espera desse incentivo.

O Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades - IPGC é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que atua desde 2013 junto a estados e municípios para desenvolvimento de projetos de infraestrutura através das Parcerias Público-Privadas (PPPs). **O IPGC é autor da primeira PPP de Cidade Inteligente do Brasil**, e já implementou o projeto em cidades mineiras como Carmo do Cajuru e Ouro Preto. Também é parceiro de estados como Maranhão, Espírito Santo, Santa Catarina e Piauí.

Com a missão de qualificar as gestões das cidades, o IPGC conta com uma equipe composta por diversos profissionais de formação multidisciplinar e uma ampla rede de consultores, agregando competências que o qualifica para atuar com alto desempenho, tanto na área técnica/administrativa, quanto na compreensão das diferentes políticas na administração pública. Entre seus valores institucionais estão Inovação, Compromisso Social, Transparência, Ethos Público e Sustentabilidade.



UM ESTADO DE OPORTUNIDADES



UM ESTADO JOVEM E CAPAZ



Com vocação indiscutível para o setor da agropecuária, o Tocantins é hoje uma das economias mais promissoras da região norte do país. O estado fechou 2021 com crescimento de 2,1% no PIB, alcançando valor de R\$ 35,67 bilhões na projeção nacional, segundo dados do IBGE. Mas a economia estadual vem se diversificando. O crescimento econômico está atrelado sobretudo a grandes projetos estruturantes concluídos ou em andamento, além da produção florestal, pesca, e extração de madeira.

A expectativa é que neste ano, o estado acompanhe o ritmo nacional de recuperação econômica e criação de empregos. E para auxiliar os municípios tocantinenses na implementação de uma agenda de desenvolvimento econômico-sustentável, o Governo do Tocantins, junto à Tocantins Parcerias e ao IPGC, lançam o Tocantins Inteligente. Um programa que irá oferecer suporte técnico a todos os prefeitos do estado que tenham interesse em implementar projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no campo da infraestrutura municipal. Desde a criação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-TO), em 2020, o estado trabalha para ampliar e fortalecer a interação com a iniciativa privada por meio das parcerias e concessões,

além de outras medidas de desestatização. O PPI serviu para tirar do papel projetos estratégicos da administração pública. Agora é o momento de levar a todos os municípios tocantinenses a oportunidade de implementar grandes projetos de infraestrutura a partir das parcerias.

O Programa Tocantins Inteligente colocará à disposição dos gestores municipais um corpo técnico especializado na modelagem e desenvolvimento de projetos voltados para as áreas de **Iluminação Pública, Saúde, Educação, Saneamento Básico, Produção de Energia Solar, Cemitérios e Infraestrutura de Conectividade**. A adoção destes serviços por meio de uma parceria é o que chamamos de PPP (Parceria Público-Privada) de Cidade Inteligente, quando um município integra várias soluções de uma só vez, em um único contrato, para solucionar problemas da comunidade. Além de todo o desenvolvimento de infraestrutura municipal e aumento na qualidade dos serviços prestados à população, a PPP representa um modelo de contratação seguro, mais econômico e mais eficiente. Esse é o projeto de desenvolvimento sustentável que está sendo oferecido às cidades tocantinenses.

SOBRE O PROGRAMA

O programa Tocantins Inteligente será executado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Parceria e Investimentos (SPI), Secretaria Extraordinária de Parcerias Público-Privadas, Tocantins Parcerias e, com o apoio técnico do IPGC, objetiva promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico dos municípios e consórcios intermunicipais, empreendendo os melhores esforços em projetos de Concessões Públicas e Parcerias Público-Privadas (PPP). O processo de trabalho do programa será desenvolvido com a cooperação técnica do Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades – IPGC, que atua prestando apoio aos Poderes Públicos na estruturação e desenvolvimento de projetos que busquem viabilizar a participação do setor privado como investidor e operador de serviços de infraestrutura urbana.

Na prática, as prefeituras municipais receberão um efetivo assessoramento integral das equipes do Governo e do IPGC. Vamos trabalhar para oferecer as soluções mais inovadoras da administração pública e alternativas estratégicas para enfrentar as atuais dificuldades econômicas. O suporte aos municípios também contemplará áreas estratégicas nos projetos,

como governança, relacionamento institucional e comunicação.

Os municípios interessados em aderir ao Programa Tocantins Inteligente deverão acessar o Edital de Credenciamento através da página do Governo do Estado. Para terem acesso aos benefícios do programa, os municípios passarão por análise prévia do Governo.

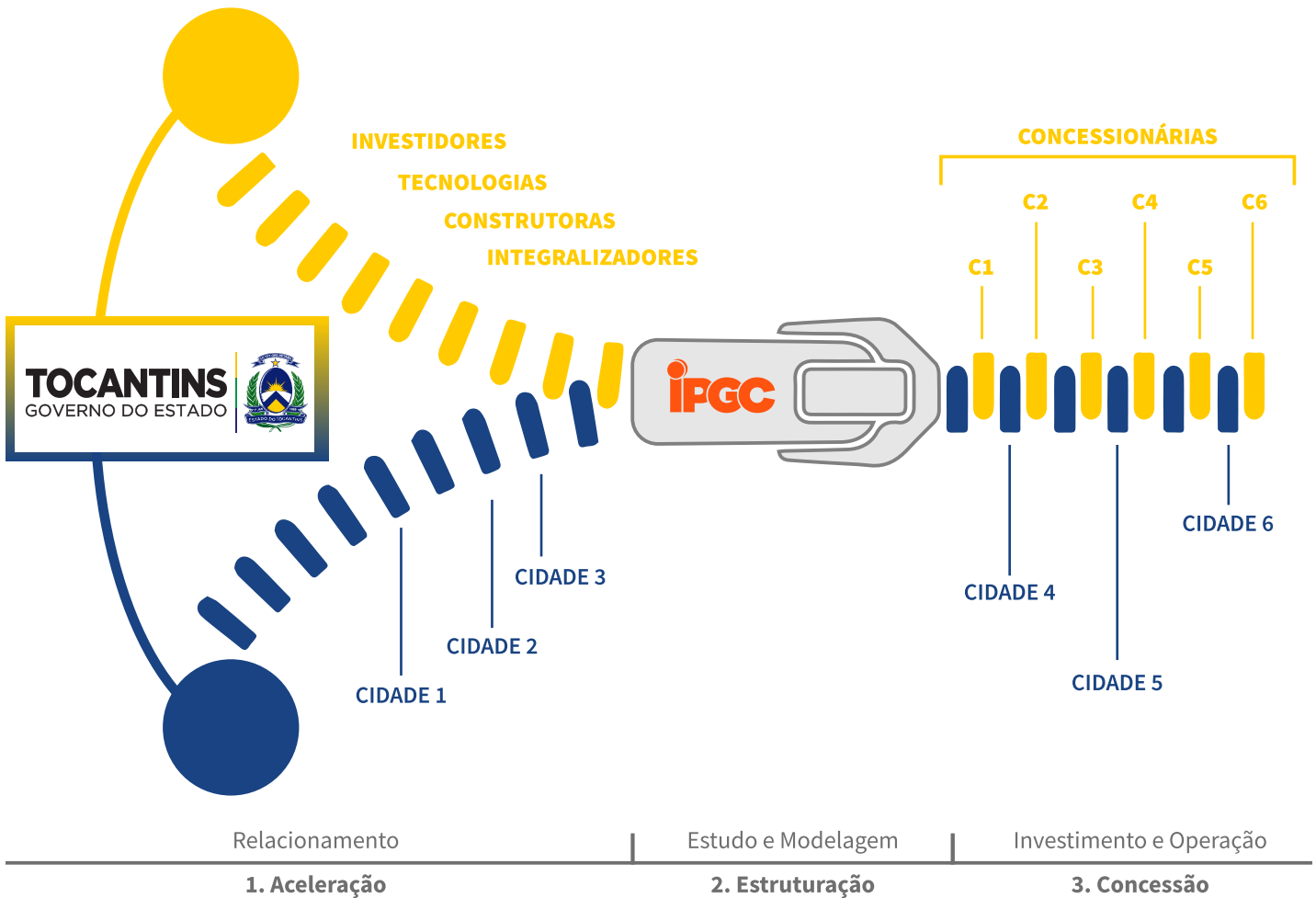
PPP de Cidade Inteligente

Iluminação pública de qualidade, rede de dados e telecomunicações, geração de energia sustentável e saneamento básico são algumas das demandas mais latentes entre os municípios e estados brasileiros. Para levar essas soluções aos cidadãos, as gestões públicas enfrentam dificuldades orçamentárias e técnicas, o que impede a viabilidade de muitas parcerias. Buscando dar apoio ao Poder Público na viabilização de projetos de infraestrutura por todo o país, o IPGC criou a PPP de Cidade Inteligente. Nesse arranjo, mais de um objeto pode ser incluído em um mesmo contrato de concessão, permitindo que os cidadãos recebam mais de um benefício através do projeto e que o negócio se torne mais atrativo a investidores do Setor Privado.



- 01 - Câmeras de videomonitoramento
- 02 - Luminárias de LED
- 03 - Pontos de Wi-Fi nas praças e parques
- 04 - Estação de tratamento de água
- 05 - Unidade com Tratamento de Resíduos com Geração de Energia
- 06 - Centro de Controle e Operação - CCO
- 07 - Energia Solar, fonte renovável de energia
- 08 - Redes de Saúde e Educação de qualidade

CENÁRIO DE ATUAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

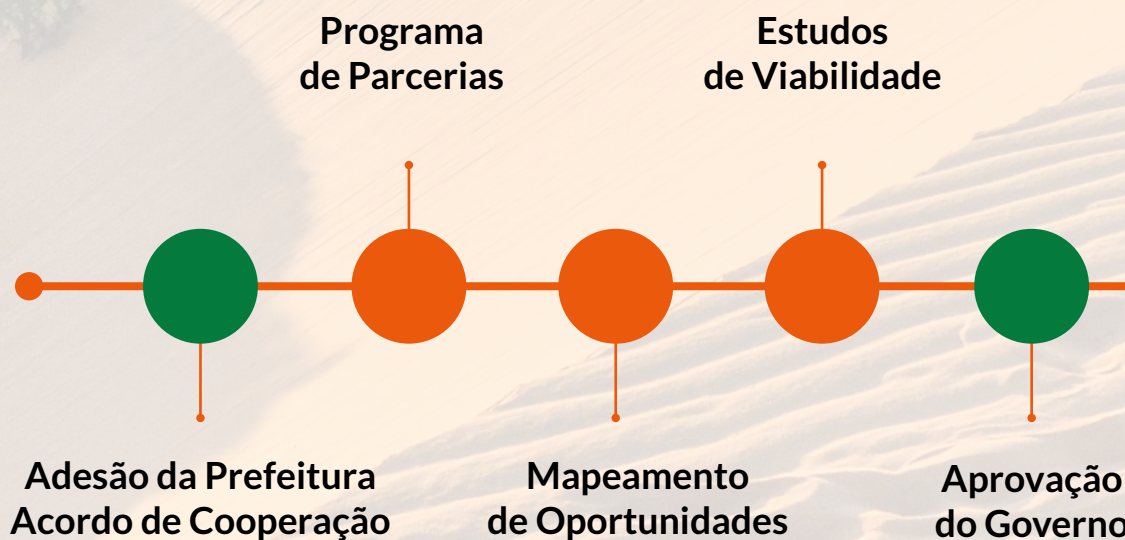


O processo de trabalho do Tocantins Inteligente alia a gestão e expertise da **SPI, Secretaria Extraordinária de PPPs e Tocantins Parcerias** com a **técnica e a operacionalização do IPGC**. Mediar os anseios políticos e sociais, os interesses privados e corporativos, convergindo para uma parceria harmônica, onde há ganhos para ambas as partes, é a principal motivação do projeto. Juntos, SPI, Secretaria Extraordinária de PPPs, Tocantins Parcerias e IPGC trabalharão para mediar as relações, qualificar os projetos, imunizar os processos e colaborar com a sustentabilidade das parcerias.



ESTRUTURAÇÃO DE UMA PPP

Importância das Parcerias para a Gestão Pública

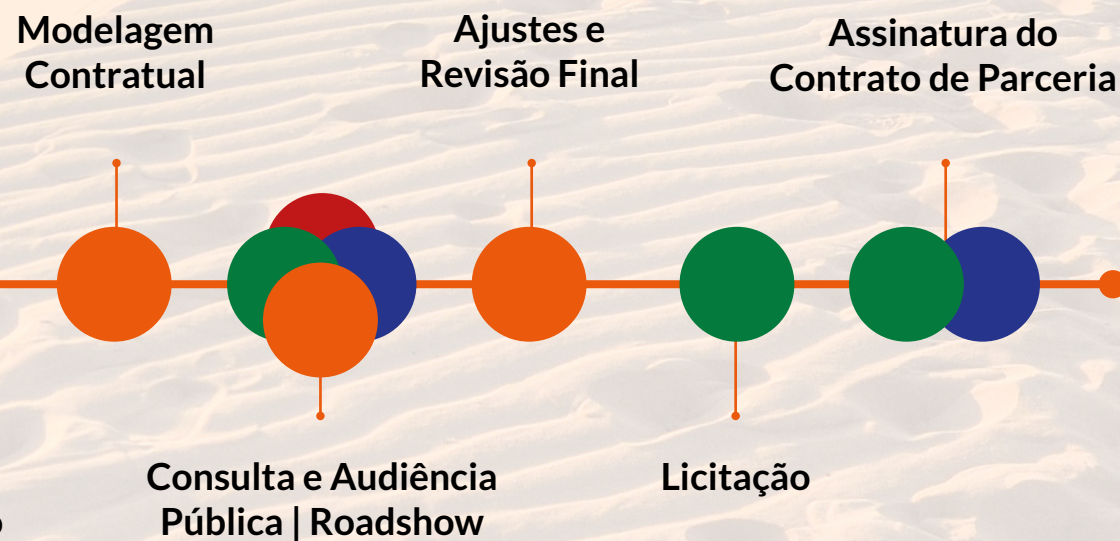


As Parcerias Público-Privadas e as Concessões são modelos de contratação que atuam há pouco mais de uma década no Brasil, como alternativa para **viabilizar investimentos em infraestrutura** e qualificar os serviços de interesse da população.

Dentre as principais vantagens de se fazer parte de um contrato de parceria, podemos destacar a eficiência para viabilizar grandes obras de

infraestrutura, o pagamento público condicionado à qualidade do serviço e o compartilhamento de riscos entre os parceiros.

A parceria entre entes públicos e privados, quando bem feita, vai produzir inúmeros benefícios para a população, **melhorando o planejamento da infraestrutura vigente e aumentando a qualidade de vida das pessoas.**



PPPs são carregadas de desafios subjetivos, que passam pela disposição do gestor, a construção de laços de confiança, boa-fé, cooperação e disposição ao diálogo. Mas existem também os obstáculos práticos, como os projetos de engenharia, base para definição dos investimentos, os indicadores de desempenho, compromissos contratualizados, além das obras e serviços. No Tocantins Inteligente, trabalharemos para integrar subjetividade e

objetividade em projetos que façam sentido para governos, iniciativa privada, e principalmente para a população.

Legendas

- IPGC
- Governo
- Sociedade
- Setor privado
- IPGC acompanha todos os processos

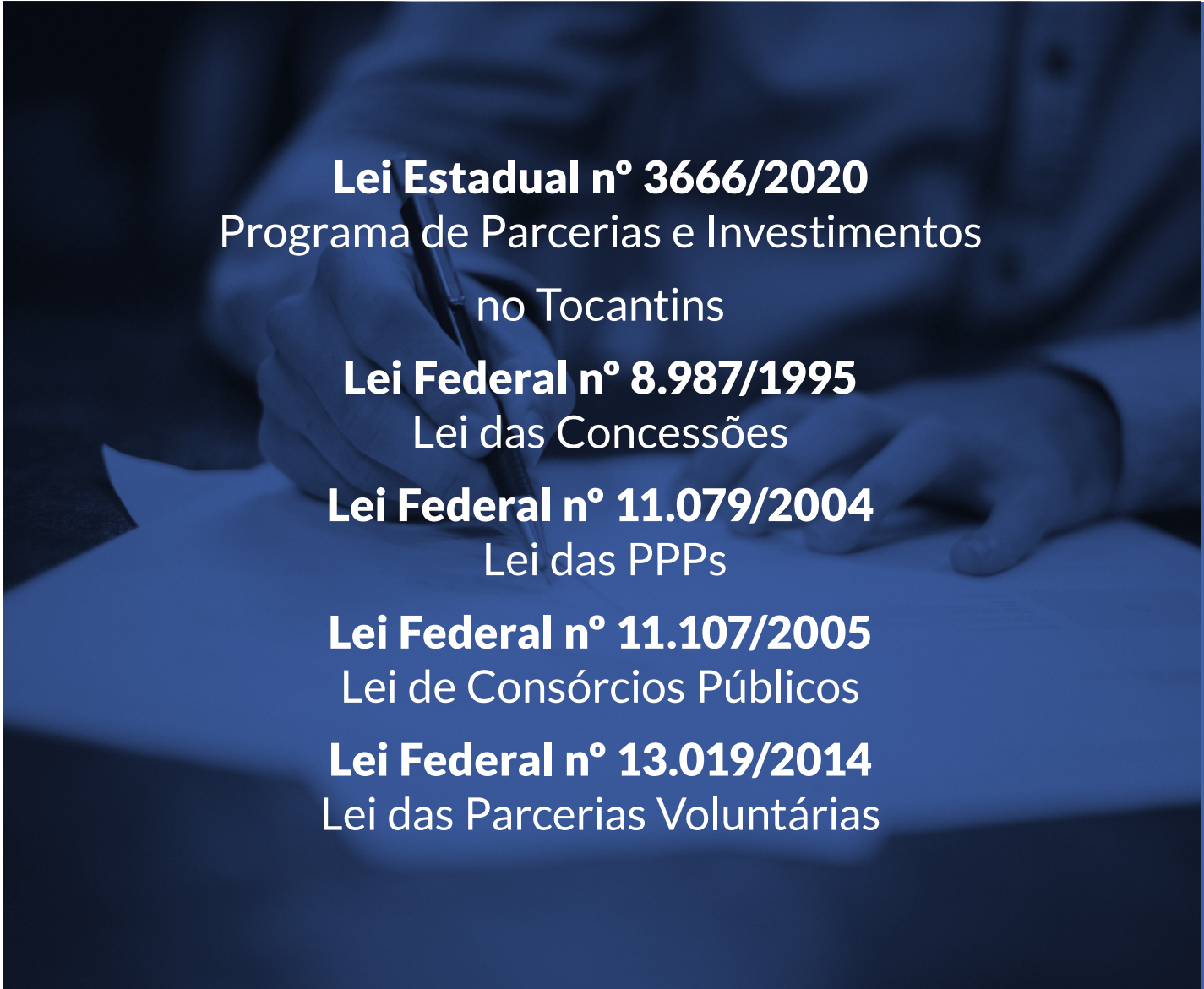
AMPARO LEGAL

A concessão administrativa é uma das modalidades de Parceria Público-Privada regidas pela Lei Federal nº 11.079/04. Ela tem a função de aumentar a eficiência administrativa e descentralizar o serviço público, à medida que reduz os gastos públicos, sem deixar de investir em importantes setores, tais como infraestrutura, educação, saúde, dentre outros.

As concessões, diferentemente das privatizações, cabe ressaltar, **são investimentos que retornam para o poder público**. A operacionalização realizada pelo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) é gratuita à administração pública, sendo ressarcida no valor da licitação.

No Brasil, as PPPs começam a ganhar força, sobretudo como ferramenta para impulsionar os setores da infraestrutura nacional, diretamente impactada pela crise fiscal trazida pela pandemia da covid-19. Juridicamente, o instrumento das Parcerias Público-Privadas é regido pela lei 11.079/200, de caráter geral nacional e de observância obrigatória a todos os órgãos da administração pública, sejam diretos ou indiretos.

Além da 11.079, é preciso observar uma série de parâmetros legais como, a lei do Programa de Parcerias e Investimentos - TO, de maneira a dar segurança jurídica aos projetos.



Lei Estadual nº 3666/2020
Programa de Parcerias e Investimentos
no Tocantins

Lei Federal nº 8.987/1995
Lei das Concessões

Lei Federal nº 11.079/2004
Lei das PPPs

Lei Federal nº 11.107/2005
Lei de Consórcios Públicos

Lei Federal nº 13.019/2014
Lei das Parcerias Voluntárias

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Em virtude da Emenda Constitucional nº. 19 de 1998, **a eficiência tornou-se princípio constitucional da administração pública**, princípio este que, em alguns casos, não encontra reflexo na realidade. Como exemplo cristalino da dificuldade dos serviços públicos de cumprir esse princípio, podemos citar a Iluminação Pública. Desde 1988, a Constituição Brasileira a define como serviço público de interesse local, sendo responsabilidade do município gerir ou delegar a terceiros a gestão desse serviço. Mesmo com o avanço das tecnologias de LED (Light Emitter Diode), a maioria das cidades do país ainda utiliza as tradicionais lâmpadas de vapor de sódio, uma tecnologia já ultrapassada.

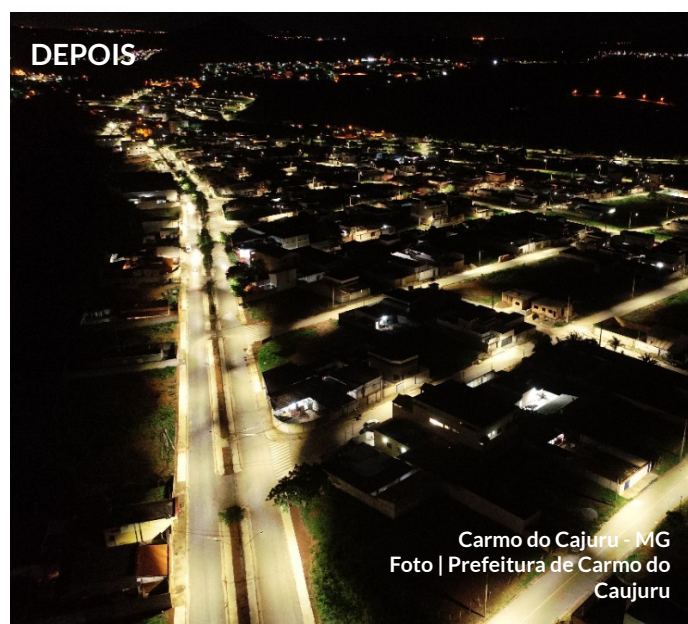
Segundo dados da Eletrobrás, a energia é o segundo maior gasto público do país. Daí a necessidade de investimento em tecnologias de iluminação

que apresentem menor gasto energético. Com o **Programa Tocantins Inteligente**, as cidades do Tocantins terão **100% dos parques de iluminação atualizados com lâmpadas de LED**, podendo alcançar **uma economia média de cerca de 70% no valor da tarifa de energia elétrica municipal**. As luminárias de LED representam um avanço tanto econômico, quanto ambiental. Isso porque elas conseguem transformar quase 100% da energia recebida em luminância, diminuindo o valor da tarifa. Elas também são sustentáveis, pois poluem menos e são mais atrativas para a reciclagem.

Nos municípios tocantinenses credenciados ao programa, os concessionários parceiros serão responsáveis pela implantação, operação, manutenção e gestão do parque de iluminação pelo tempo previsto na licitação.

100% dos parques de iluminação atualizados com luminárias de LED

Economia média no consumo de energia elétrica de aproximadamente 70%



CONECTIVIDADE

Cidades Inteligentes, ou Smart Cities, são territórios que utilizam a tecnologia para promover o **bem-estar dos cidadãos, o crescimento econômico e a sustentabilidade**. Em nosso programa, os municípios contarão com o **compartilhamento da infraestrutura de iluminação com fibra óptica dedicada**.

Essa tecnologia garante internet cabeada para os prédios públicos, otimizando o fluxo de comunicação por internet entre os órgãos públicos dos municípios, como hospitais e escolas. Outro fator agregador do

sistema de conectividade proposto pelo Tocantins Inteligente é a iniciativa de oferecer pontos gratuitos de Wi-Fi em praças e periferias, democratizando o acesso à informação e colaborando para o aprendizado contínuo da sociedade em geral.

Por fim, a infraestrutura integrada permite a instalação de um sistema de videomonitoramento, Isso permitirá auxílio em tempo real nas ações de segurança pública da Polícias Civil e Militar.

Ícones por Eucalyp, Ralf Schmitzer e i cons Noun Project. Sob licença Creative Commons.



Prédios públicos conectados em uma **rede segura** e de qualidade



Wi-Fi público e gratuito em espaços de lazer e periferias



Videomonitoramento nas ruas, interligado ao sistema da Polícia Civil e Militar, garantindo a **segurança dos cidadãos**

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Pensando no atual esforço dos administradores públicos municipais em **reduzir os gastos com energia elétrica em seus municípios**, nosso programa propõe o investimento em fontes de energia limpas e renováveis.

Quando a administração pública adota soluções como essa, além de dar o exemplo social, ela amplia

sua matriz de energias sustentáveis, otimiza o gasto dos recursos públicos e se torna autossuficiente em relação à própria demanda energética.

A instalação de micro usinas de energia solar fotovoltaica atenderá a demanda energética dos prédios públicos municipais, reduzindo a despesa e contribuindo com o meio ambiente.



Experiência IPGC

Uberaba - MG
Goianésia - GO
Carmo do Cajuru - MG

Mais de
R\$ 80 MILHÕES
 em investimentos atraídos



Carmo do Cajuru - MG

SANEAMENTO BÁSICO

Tratamento de Água e esgoto, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos



Foto | Ivan Bandura

O novo **Marco Legal do Saneamento Básico**, sancionado em julho de 2020, prevê que até 2033, **99% da população brasileira tenha água tratada**, e o acesso a sistemas de **esgoto sanitário chegue a até 90% dos habitantes**. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2019 mostram que 69,8% do esgoto gerado no Tocantins não era tratado. 73,1% dos municípios não tinham o serviço de esgotamento sanitário por rede de coleta. Além disso, ainda em 2020, 20% dos municípios tocantinenses ainda não estavam inseridos na rede estadual de águas, enquanto o índice de perdas na distribuição era de 33,9%.

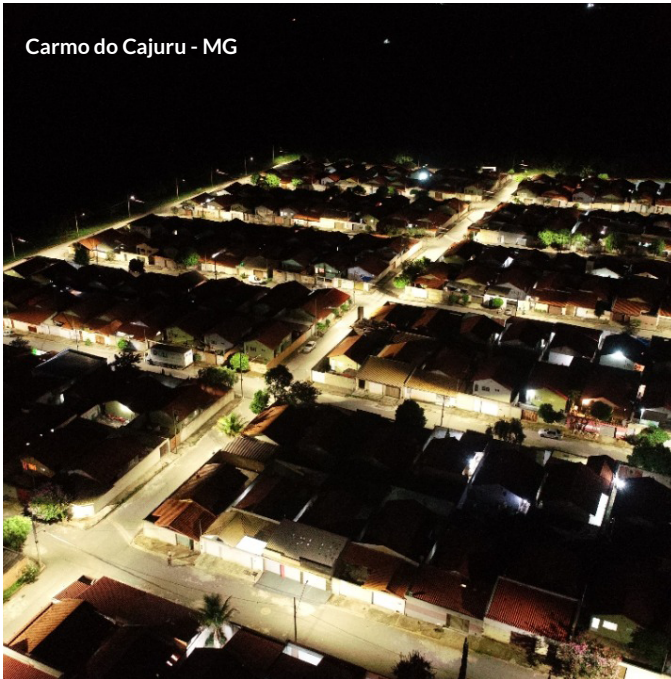
Estes números deixam Tocantins em uma posição delicada, abaixo da média nacional (59%) de

abrangência da rede de coleta de esgoto em estados brasileiros. A partir disso, devemos chamar a atenção para a interconexão entre outros setores de desenvolvimento e o saneamento básico. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), **a cada R\$ 1 investido em saneamento, deverá ser gerada economia de R\$ 4 com a prevenção de doenças causadas pela falta do serviço.**

Com o Tocantins Inteligente, trabalharemos em busca de mais investimentos para o setor. Entendemos a urgência e a necessidade de **solucionar o problema de saneamento a nível municipal**, e adequar a realidade das cidades ao novo regramento do marco legal. É por isso que este será um dos nossos focos de atuação no Programa.

CIDADES INTELIGENTES PELO BRASIL

Cidades de todo o país já aderiram à PPP de Cidade Inteligente. Em Minas Gerais, por exemplo, diversos municípios mostram como o arranjo entrega bons resultados para as gestões municipais, como é o caso de Carmo do Cajuru e Ouro Preto.



Carmo do Cajuru - MG

A sociedade já desenvolveu diversas tecnologias e processos de trabalho, que quando utilizadas tornam as cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis. Cidades de vários estados do país já aderiram à PPP de Cidade Inteligente. Em Minas Gerais, por exemplo, diversos municípios mostram como o arranjo entrega bons resultados para as gestões municipais, como é o caso de Carmo do Cajuru e Ouro Preto.

Carmo do Cajuru - MG

Com a primeira PPP de Cidade Inteligente assinada no país, o município de cerca de 20 mil habitantes, a 115 km de Belo Horizonte, já conta com um parque de iluminação 100% atualizado com luminárias de LED. O consórcio GSE Luz, parceiro privado que atua no projeto, é responsável também pela instalação de fibra óptica em todo o município, que proverá internet cabeada nos prédios públicos, Wi-Fi público e câmeras de videomonitoramento. A PPP prevê

ainda a instalação de painéis solares para geração de energia fotovoltaica em Carmo do Cajuru, que poderá reduzir o consumo de energia elétrica em até 49% ao longo dos 25 anos de concessão.

Ouro Preto

Declarada em 1980 pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, a cidade de Ouro Preto, além de ícone do cenário artístico-cultural brasileiro é também um dos mais prestigiados destinos turísticos nacionais, recebendo gente do mundo todo.

Primeira capital do estado de Minas Gerais, a cidade manteve o pioneirismo ao se tornar **a primeira cidade histórica inteligente do país**. O investimento do consórcio Ouro Luz, parceiro privado vencedor da licitação, foi de R\$10,1 milhões. Além de iluminação pública com tecnologia LED, que já começou a ser instalada na cidade, o licitante é responsável pela rede de telecomunicações que **revolucionará a conectividade de Ouro Preto**. Buscando resguardar o patrimônio histórico e cultural da cidade, todo o estudo elaborado pelo IPGC contou com a parceria do IPHAN-MG.



Ouro Preto,
Foto | Tchelo Veiga

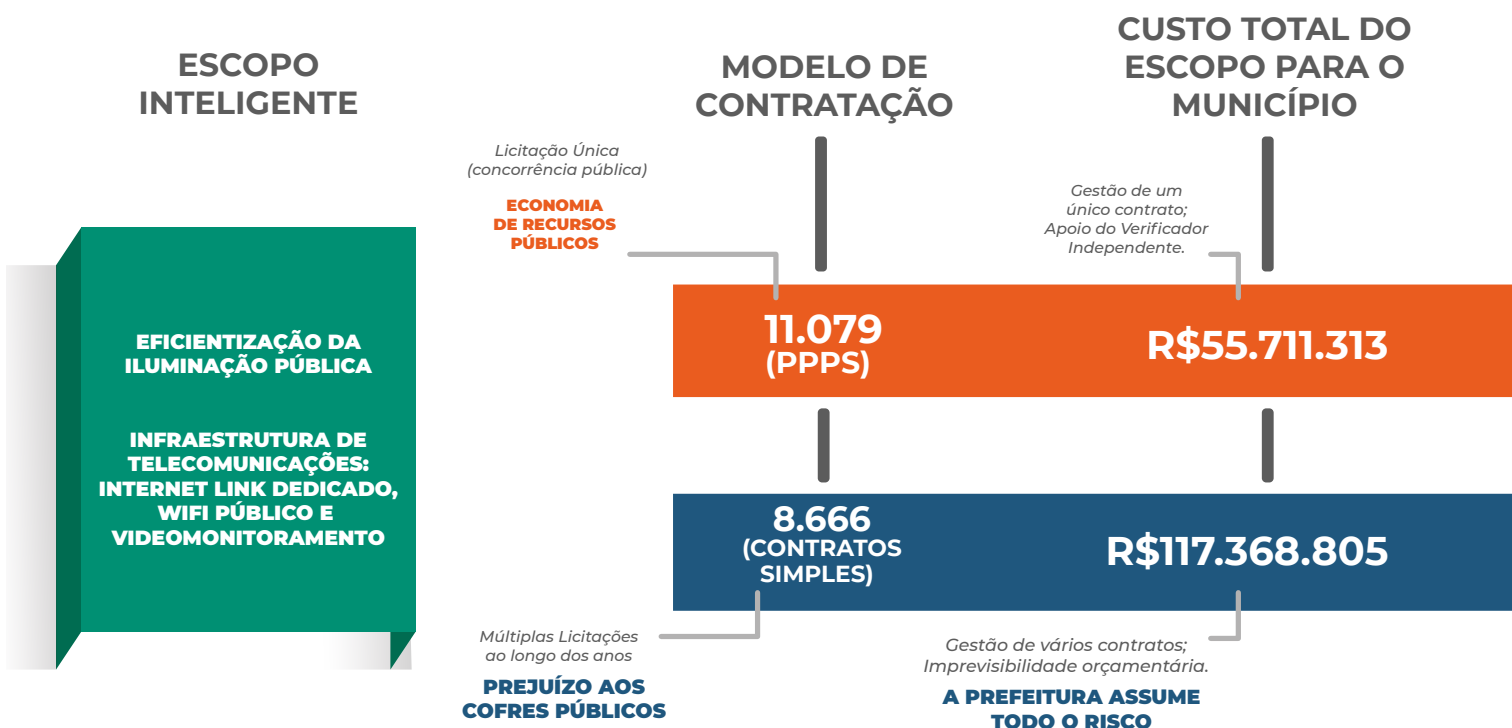
POR QUE O CAMINHO DAS PARCERIAS?

Comparativo entre contratações públicas sob o regime da lei 8.666 e lei 11.079.

Luís Fernando Parma - Gestor Público e Gerente de Projetos do IPGC Brasil

Os gestores públicos, sobretudo municipais, já possuem familiaridade com as formas convencionais de contratações públicas provenientes da Lei Geral de Licitações, recentemente reformada em seu texto pela Lei 14.133/2021. No entanto, a julgar pela complexidade e especificidade do objeto das contratações, cabe a esses gestores analisar outros mecanismos e arranjos de contratações que garantam melhores condições de execução e garantias de eficiência na prestação dos serviços.

Além da singularidade dos serviços, cabe ressaltar também o contexto de enormes dificuldades financeiras que os municípios brasileiros atravessam, especialmente os de pequeno e médio porte, em decorrência da queda de arrecadação proveniente da pandemia da Covid-19 e claro, da desproporcionalidade de repartição fiscal estabelecida pelo pacto federativo. Todo esse contexto abalou a capacidade de investimento em áreas prioritárias da administração pública, como a manutenção e operação da infraestrutura pré-existente. Diante deste cenário, as parcerias e concessões se colocam como ferramenta facilitadora, conciliando em seu arranjo de contratação a capacidade de investimento necessária para suprir os déficits da infraestrutura. Elas também proporcionam



*Estudo comparativo da PPP de Cidade Inteligente em Ouro Preto - MG

PREMISSAS DE CÁLCULO

¹ O prazo do contrato de PPP é de 25 anos, por esse motivo foram considerados os custos no cenário 8.666 durante o mesmo período.

² Para fins de análise, os custos referentes

aos dois modelos são apresentados em Valor Presente Líquido (VPL).

³ Os valores referentes ao cenário 8.666 foram obtidos através de pesquisas do IPGC junto a plataformas públicas como o Banco de Preços e Paineis de Preços, além de portais municipais de

à gestão municipal melhores condições gerenciais de acompanhamento desses contratos.

O Caso de Ouro Preto

Foi no intuito de proporcionar a Ouro Preto maior entendimento de suas carências e auxiliar a administração municipal na tomada de decisão amparada por evidências que o IPGC e a prefeitura iniciaram no ano de 2019 uma cooperação técnica. Embasado pelo diagnóstico municipal, coube ao IPGC, juntamente com a Prefeitura, estruturar o escopo necessário para a resolução das defasagens nas áreas de iluminação pública, oferta de internet aos prédios públicos, videomonitoramento e Wi-Fi

público. Assim, foram realizadas junto aos órgãos municipais diversas análises e levantamentos para entender quais eram os pontos que necessitavam de atenção e melhorias nas soluções tecnológicas propostas pelo projeto, o que nos possibilitou chegar ao escopo ideal para atendimento da administração pública. Após o fechamento do escopo de soluções e - da avaliação de todos os custos que envolvem a implantação, operação e manutenção das soluções tecnológicas ao longo dos anos - realizamos o estudo para avaliar qual o melhor custo benefício a partir das alternativas de contratação pública. Podemos observar no infográfico o comparativo financeiro entre a contratação do mesmo escopo sob o regime da lei 8.666/93 e o modelo com base na lei 11.079/04.



Conclusão

O que fica evidenciado nas análises de custo benefício a partir dos modelos de contratação com respaldo da lei 8.666 e na lei 11.079 é que, se bem avaliados, alguns objetos, por essência, são altamente indicados para a contratação através dos arranjos de parcerias, a julgar por sua complexidade, singularidade e riscos envolvidos em sua execução. Enquanto isso, o arranjo de contratação convencional preza pelo fracionamento do produto final dos contratos o que acaba por expandir as demandas gerenciais e custos burocráticos, culminando em maior gasto público a longo prazo, e descontinuidade do serviço prestado à população.

transparência.

⁴Os materiais, equipamentos e serviços orçados no modelo 8.666 possuem grande similaridade com os previstos no escopo do projeto PPP.

⁵No cenário 8.666 fora considerado o financiamento do valor de investimento na aquisição de

luminárias LED e a amortização desse emprestimo acrescido no custo mensal do cenário.

⁶No cenário 8.666 foram consideradas a prestação de serviços ou locação de ativos das soluções de conectividade que integram a infraestrutura de telecomunicações.

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA **DE PARCERIAS**
E INVESTIMENTOS

SECRETARIA **EXTRAORDINÁRIA DE**
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

